

A reprodução contemporânea: o papel e os limites da educação superior

Braian Veloso*

Resumo

A sociedade tem passado por mudanças importantes, especialmente devido às tecnologias digitais. Nessa senda, causam espécie os recentes índices de queda na procura pelo ensino superior atrelados ao aumento exponencial na busca por cursos a distância. No caso das universidades públicas, o cenário é alarmante, com salas de diversos cursos cada vez mais vazias. A fim de refletir sobre esse fenômeno, este texto se trata de um ensaio, retomando contribuições teóricas, sobretudo da teoria bourdieusiana, no tocante ao papel da escola enquanto reprodutora da ordem social. Tem-se como objetivo geral discutir o papel e os limites da educação superior na contemporaneidade. Em termos procedimentais, foram resgatadas, por meio de revisão narrativa, contribuições de diferentes autores, em especial de Pierre Bourdieu. Assim, discute-se as tendências de desburocratização e flexibilização atinentes ao capitalismo contemporâneo. Propõe-se uma análise da assim chamada ideologia do empreendedorismo com vistas a demonstrá-la como uma espécie de sucedânea do vislumbre de mobilidade social outrora prometido pela educação superior. Conclui-se que é mister (re)pensar sobre as características histórico-sociais hodiernas, relacionando-as aos papéis e aos limites da educação institucionalizada. Longe de questionar a importância da universidade, propõe-se uma reflexão quanto ao seu alinhamento em face de uma sociedade cada vez mais flexível, volátil e carente de pensamento crítico.

Palavras-chave: ensino superior; mobilidade social; reprodução.

Contemporary reproduction: the role and limits of higher education

Abstract

Society has undergone significant transformations, particularly due to digital technologies. In this context, the recent decline in demand for higher education institutions, coupled with the exponential growth in interest for online courses, raises considerable concern. In the case of public universities, the situation is alarming, as classrooms in several programs are becoming increasingly empty. In order to reflect upon this phenomenon, this paper presents a theoretical essay that revisits central contributions—especially those derived from Bourdieusian theory—regarding the role of the school as a reproducer of social order. The aim is to discuss the role and the limitations of higher education. Methodologically, a narrative review was conducted, drawing on the works of various authors, particularly Pierre Bourdieu. The discussion addresses the trends of debureaucratization and flexibilization inherent to contemporary capitalism. It also advances an analysis of the so-called ideology of entrepreneurship, seeking to demonstrate it as a sort of substitute for the formerly promised perspective of social mobility once associated with higher education. The study concludes that it is crucial to (re)consider current socio-historical characteristics in relation to the roles and boundaries of institutionalized education. Far from questioning the importance of the university, the text invites reflection on its alignment within an increasingly flexible, volatile, and critically impoverished society.

Keywords: higher education; social mobility; reproduction.

*Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar). Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar). Professor na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Inovação em Educação, Tecnologias e Linguagens (Grupo Horizonte-UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9459-5740>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2537302046587655>. E-mail: braian.veloso@ufla.br.

La reproducción contemporánea: el papel y los límites de la educación superior

Resumen

La sociedad ha experimentado transformaciones significativas, especialmente debido a las tecnologías digitales. En este sentido, resultan preocupantes los recientes índices de disminución en la demanda de la educación superior, vinculados al aumento exponencial en la búsqueda de cursos a distancia. En el caso de las universidades públicas, el panorama es alarmante, con aulas de distintos programas cada vez más vacías. Con el fin de reflexionar sobre este fenómeno, el presente texto se configura como un ensayo teórico que retoma aportes fundamentales, especialmente de la teoría bourdieusiana, en lo que respecta al papel de la escuela como reproductora del orden social. El objetivo se trata de discutir lo papel y los límites de la educación superior. En términos metodológicos, se realizó una revisión narrativa de la literatura, recuperando contribuciones de diversos autores, en particular de Pierre Bourdieu. Se discuten las tendencias de desburocratización y flexibilización propias del capitalismo contemporáneo. Asimismo, se propone un análisis de la denominada ideología del emprendimiento, con el objetivo de evidenciarla como una especie de sucesora del antes prometido ideal de movilidad social asociado a la educación superior. Se concluye que resulta imprescindible (re)pensar las características histórico-sociales actuales, relacionándolas con los papeles y los límites de la educación institucionalizada. Lejos de cuestionar la importancia de la universidad, se propone una reflexión sobre su alineación frente a una sociedad cada vez más flexible, volátil y carente de pensamiento crítico.

Palabras clave: educación superior; movilidad social; reproducción.

INTRODUÇÃO

A tese central da qual se parte neste escrito relaciona-se a dados recentes que evidenciam índices de queda no número de matrículas e procura pelo ensino superior público aliados ao aumento de matrículas nos cursos a distância em comparação com cursos presenciais (INEP, 2020; MEC, 2021; Oliveira, 2021; Ratier, 2022). É preciso destacar que no contexto das universidades públicas a diminuição da procura é substancial, chegando a mais de 60% se compararmos dados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ao longo dos últimos 5 anos. Decerto, diferentes fatores convergem para esses números, tais como a pandemia de Covid-19, os cortes sucessivos nos orçamentos das universidades federais levados a cabo pelo Ministério da Educação (MEC) do Governo Bolsonaro, os ataques recentes – e infundados – à qualidade do trabalho feito pelas instituições, as dificuldades atinentes à permanência estudantil no ensino superior, dentre outros. Seja como for, salienta-se uma das possíveis causas que, embora nada inédita, deve ser observada como fator importante que redundando nesse fenômeno e que merece especial atenção ao nos debruçarmos sobre uma análise pautada nas contribuições sociológicas de Pierre Bourdieu. Estamos falando de um descompasso na equalização necessária entre disposição – propiciada por um *habitus* –, expectativa e condições materiais.

Este texto é um ensaio teórico. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa, em que a subjetividade do pesquisador conduziu os processos de seleção, leitura e análise de materiais como artigos e livros. São apresentadas diferentes teorias, com ênfase na produção teórica de Pierre Bourdieu. O objetivo geral do artigo é discutir o papel e os limites da educação superior na contemporaneidade. As reflexões aqui propostas não visam trazer respostas cabais para o problema analisado, mas sim lançar luzes sobre questões importantes que precisam ser pensadas e problematizadas em meio aos desafios com os quais a educação superior tem lidado.

Dito isso, o percurso proposto se inicia com uma análise no tocante à característica basal de um capitalismo flexível, qual seja, a desburocratização – ou, ao menos, uma ideologia que apregoa certa condição pós-burocrática na sociedade. Em seguida, parte-se para o que é, no texto, chamado de ideologia do empreendedorismo e sua confrontação com a promessa de mobilidade social historicamente atribuída às universidades. Busca-se mostrar, após isso, como o modelo burocrático das instituições universitárias brasileiras, em especial as públicas, se alinha às condições materiais das classes dominantes, o que é fundamental na reprodução da ordem social, conforme sociologia bourdieusiana. Depois, tem-se uma reflexão sobre os limites e as possibilidades da universidade, retomando inquietações feitas noutras pesquisas. Com isso, pretende-se mostrar a importância do ensino superior institucionalizado sem, entretanto, negligenciar toda a discussão que perpassa este escrito.

A EXCLUSÃO EM TEMPOS DE DESBUROCRATIZAÇÃO

Pretende-se mostrar que os processos históricos do que aqui está se chamando de desburocratização atingem diretamente a universidade que é, mormente, uma instituição burocrática. E isso desborda para processos de desprestígio das instituições de ensino superior que deixam de ser vistas como vias seguras e sólidas para a mobilidade social. Como corolário, a disciplinarização dos corpos e a ação pedagógica sistematizada passam a dividir espaço com outras formas de controle, levando a novos modos de exclusão e distinção. Pois bem, nos primórdios da revolução industrial, a sociedade tinha, como um de seus pilares e principais vislumbres para as próximas décadas, o processo de racionalização das atividades sociais. O Estado moderno e a burocracia, como já em Weber (2015) discutia-se, serviam à

regulamentação e, de distintas maneiras, ao controle – este exercido também e sobretudo pela violência legitimada capaz de assegurar dominação.

Em Foucault (2003), evidencia-se que a disciplina e a assim chamada biopolítica eram – e ainda são – tecnologias para o exercício do poder. Tecnologias essas que atuavam e atuam não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre a sociedade – sobre as massas ou sobre a população. Porém, a racionalização recrudescida da vida levou, historicamente, a fervorosas contestações, em especial no passado recente. Cita-se, como expoente dessas efervescências sociais, o movimento da contracultura que, nas décadas de 1960 e 1970, propalava, dentre outras concepções de mundo, a descentralização do poder, a desburocratização estatal e a democratização do acesso às tecnologias digitais (Loveluck, 2016).

No mesmo período, Bourdieu e Passeron (2014), ao analisarem o sistema educacional francês, identificaram a função social da escola no que concerne à reprodução das desigualdades sociais, porém, de modo assentado na violência simbólica. “A reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural se dá na relação entre as estratégias das famílias e a lógica específica da instituição escolar” (Bourdieu, 1996, p. 35). Ora, a violência simbólica depende da lógica de funcionamento conspícua da instituição escolar, que envolve o controle dos corpos e a disciplina como tecnologias de exercício de poder (Foucault, 1987); além, é claro, da diluição dessa própria violência num tempo necessário à introjeção do sentimento de autoexclusão. Conforme Bourdieu e Passeron (2014, p. 64), o trabalho pedagógico na escola dura tempo suficiente:

[...] para que apareça àqueles que a ele se submetem como sanção de sua indignidade cultural e para que nenhum seja levado a ignorar a lei da cultura legítima: um dos efeitos menos percebidos da escolaridade obrigatória consiste no fato de que ela consegue obter das classes dominadas um reconhecimento do saber e do saber-fazer legítimos [...], levando consigo a desvalorização do saber e do saber-fazer que elas efetivamente dominam [...], e estabelecendo assim um mercado para as produções materiais e sobretudo simbólicas cujos meios de produção (a começar pelos estudos superiores) são quase monopólio das classes dominantes [...].

A violência simbólica não se dá, portanto, de maneira patente e sem eufemismos. Não é violência em sua forma pura, como exclusão ostensiva dos que, na atual ordem das coisas, não são produtores nem tampouco detentores da cultura legitimada. Ela se exerce

mediante mecanismos complexos, que separam e organizam os indivíduos em consonância com a estrutura social maior. Tudo isso sem desvelar esses mesmos processos de exclusão, o que legitima a violência e o papel de reprodução que cabe à instituição escolar. Não por acaso, a pedagogia tradicional e, conseqüentemente, o modelo de escola ainda hoje predominante, altamente burocratizado e racionalizado, é filha legítima – e não bastarda – da revolução burguesa e do capitalismo, sendo que este depende da desigualdade de classes para sua existência. Desse modo, a burocracia escolar tem estreita relação com o papel que tal instituição exerce na reprodução do *status quo*. Os movimentos que convergem para uma sociedade ao menos ideologicamente pós-burocrática não podem, assim, deixar de atingir, também e sobretudo, as bases da escola enquanto reprodutora da ordem social.

Ainda que, atualmente, estejamos vivenciando uma extensão e amplificação de tendências e especificidades que perfilam – e perfilaram – a modernidade, é certo que o advento do digital impeliu essas mudanças significativas nesse formato rígido e disciplinar mencionado acima. Saímos de uma sociedade disciplinar foucaltiana para adentrarmos numa sociedade de controle, como muito bem analisa Deleuze (1992). Hoje o poder é volátil e fluido, ou seja, disseminado nos nós das redes digitais (Costa, 2004). A diluição de estruturas de poder erigidas especialmente nos séculos XVIII e XIX em decorrência do modo de produção capitalista está no cerne dos discursos ideológicos neoliberais. Mas é preciso esclarecer que não estamos falando, aqui, de uma pós-modernidade, ou de uma cisão entre passado recente e futuro cada vez mais tecnológico. O capitalismo, embora num paradigma mais fragmentado, sem dúvida, não foi superado e ainda formata a organização das relações sociais (Machado da Silva, 2006) – não só as de trabalho. Ele retoma discursos que, de certa forma, estavam já fora de circulação – ou circunscritos em algumas “castas” –, além de engendrar novas ideologias que, dentre outras coisas, exercem dominação e contribuem para reproduzir a ordem social. Paulatinamente, no entanto, assiste-se à dissolução – mesmo que, em muitos contextos, apenas na ordem do discurso – de mecanismos rígidos de controle, calcados em ações institucionalizadas, burocráticas, teleologicamente racionais etc.

Nesse sentido, as tecnologias digitais têm levado as práticas de manutenção das assimetrias sociais a outros modelos. O acesso se torna, cada vez mais, “democrático”. Quando do surgimento do computador pessoal e da internet, e em décadas posteriores se considerarmos países situados no Sul global, o controle ainda se dava especialmente pela

exclusão digital. Criou-se e, em muitos sentidos, intensificou-se um abismo social que separa aqueles que têm acesso e aqueles que estão à margem das práticas características da sociedade marcada pelos recursos tecnológicos mais recentes. Mas a superprodução que resulta da perseguição desenfreada e recorrente pelo lucro capitalista tem, como um de seus efeitos, a extensão do acesso aos produtos do trabalho também às classes sociais historicamente marginalizadas. Não se superou, totalmente, a distância entre os que detêm e os que estão alheios às tecnologias digitais. Só que, em países como o Brasil, o acesso a dispositivos que, já hoje, passam a ser considerados, de certa forma, básicos como o computador e a internet, desborda das classes dominantes e chega também às dominadas.

Precisa-se destacar que a barreira, que definia objetivamente a exclusão social, estava baseada, anteriormente, na possibilidade de acessar esses dispositivos tecnológicos. Uma vez dentro do espaço virtual, contudo, o usuário possui, em tese, acesso aos mais distintos recursos e capitais. Os algoritmos, obviamente, entram em jogo como fundamentais na construção e na condução dos percursos que são feitos pelos indivíduos dentro da rede num capitalismo de vigilância (Zuboff, 2015). Aliás, outras formas de exclusão e organização dos espaços virtuais ainda se baseiam no acesso e no uso de determinados dispositivos tecnológicos – o acesso via *smartphone* traz implicações diferentes se comparado à navegação realizada em *notebooks* ou computadores de mesa (Schradie, 2017). De qualquer forma, advoga-se, aqui, que as barreiras de acesso escancaradas não são mais as únicas a exercer a função de circunscrever e, inclusive, dominar os sujeitos.

Uma vez dentro dos espaços virtuais, reitera-se que o usuário detém, ao menos hipoteticamente, uma infinidade de possibilidades que não mais são cerceadas pelo controle espacial e pela vigilância num modelo panóptico – ao menos aquele foucaultiano (Foucault, 1987). Mesmos os mecanismos que controlam o oferecimento de conteúdos, publicidade, navegação, dentre outros recorrem a aspectos mais sofisticados e não mais dependentes da violência física. Isso sem desconsiderar, novamente de forma hipotética, que a lógica dos algoritmos pode, por vezes, ser sobrepujada por uma iniciativa individual – busca de conteúdos para além do que é oferecido ao usuário. Não obstante, isso não significa, evidentemente, que estejamos em face de uma utopia social, em que os indivíduos teriam, por fim, atingido o pináculo da democratização do acesso ao conhecimento humano. Muito pelo contrário, ainda

que a internet deva ser vista como possibilidade de conjugação e, conseqüentemente, produção e potencialização das capacidades humanas (Lévy, 1999), os fluxos de distribuição, acesso e controle daquilo que é produzido não se desconectam das estruturas sociais maiores. Isto é, ter acesso às redes sociais e, em tese, a tudo aquilo que nelas hoje se encontra não representa uma subversão da ordem capitalista e suas relações de classe.

Todos aqueles que estão conectados nas redes poderiam, hipoteticamente, navegar em quaisquer espaços – ou, na grande maioria deles. Ora, teriam potencial acesso a tudo aquilo que é produzido e está disponível nas redes. A realidade, entretanto, distancia-se dessa utopia. E a internet, de diferentes formas, organiza, separa, controla e reúne os indivíduos e os conteúdos de acordo com interesses que se coadunam com a ordem social. Como é possível, para além dos algoritmos, assegurar que cada sujeito navegue, acesse, consuma e produza na internet sem dismantelar as relações sociais que sustentam a estrutura do capitalismo? Como garantir e, por consequência, legitimar os espaços virtuais como espelhos das estruturas sociais maiores? Como harmonizar o virtual e o *offline*, de sorte que ambos, além de cada vez mais imbricados, possam se constituir como dois lados de uma mesma moeda? Acredita-se que parte fundamental de possíveis respostas a estes questionamentos se encontra no controle das subjetividades. Ou seja, na inculcação de valores com vistas a moldar sujeitos adequados às normas e estruturas da ordem social, mesmo que a navegação em espaços virtuais se mostre descentralizada, desburocratizada, volátil, extraterritorial e flexível. O controle ainda se mantém a partir de implicações diretas na estruturação do *habitus*, mas essa construção parece recorrer a outros discursos e lógicas de funcionamento nos campos, transcendendo aquela inculcação tipicamente burocratizada da escola com sua autoridade pedagógica e violência simbólica socialmente legitimadas. Quer dizer que esse controle não está em proximidade com a disciplina exercida pelas rígidas e tradicionais instituições de outrora. Não há, em muitos contextos, uma fiscalização que garanta a docilidade dos corpos. Trata-se de uma sociedade em muitos sentidos fluida (Bauman, 2001) e flexível.

O EMPREENDEDORISMO COMO SUPOSTA VIA PARA MOBILIDADE SOCIAL

Falar na estruturação de um *habitus* capaz de equalizar disposições e necessária estrutura assimétrica de classes na contemporaneidade tem que ver, no entendimento deste texto, com o discurso ideológico do empreendedorismo. Dada a complexa dinâmica das

relações em sociedade, não é tão simples submeter indivíduos à violência simbólica, inculcando valores caros ao capitalismo sem, entretanto, oferecer-lhes um discurso ideológico capaz de legitimar sua sujeição à ordem vigente. É uma espécie de “toma-lá -da-cá” que, além doutros dispositivos de exercício de poder, enrijece e solidifica a docilidade dos corpos, solapando possíveis desvios. Entende-se que tanto mais essa introjeção de valores deve depender de um discurso sedutor/ideológico quanto menos os indivíduos estão sob fiscalização rigorosa exercida pelas instituições escolares que se apoiam num modelo altamente burocratizado. O que não significa, com efeito, que a violência simbólica institucionalizada prescindia de seduzir aqueles que a ela devem se sujeitar. Aqui, encontra-se um elemento central na tese proposta nestas páginas, a saber: na medida em que o discurso sedutor de mobilidade social perde força nas instituições de ensino superior, tal discurso parece abrolhar com ainda mais força noutros contextos alinhados às tendências pós-burocráticas. Voltar-se-á a isso mais à frente. Por enquanto, mantém-se na discussão referente à importância da estruturação de um conjunto de disposições que vão definir as respostas dos sujeitos em face das condições materiais proporcionadas numa sociedade capitalista. Para tal, resgata-se o conceito de *habitus* que contém mui valiosa capacidade heurística.

De acordo com Setton (2002, p. 63), o *habitus* “surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades”. Ele é adquirido na e pelas experiências práticas, de modo que as estratégias surgem como ações práticas incitadas pelos estímulos dos campos. O *habitus*, ressalta Setton (2002), não é sinônimo de memória sedimentada e imutável, mas um sistema de disposições construído continuamente, estando aberto e sujeito a novas experiências. É escusado dizer que numa sociedade permeada pelo digital, as experiências nos espaços virtuais incidem sobre essas disposições que balizam as respostas dos sujeitos em face dos estímulos externos. Imersos nas redes, absorvidos pela profusão de informações disseminadas, os sujeitos assistem a uma ode à liberdade individual da sociedade pós-burocrática, que – repete-se, ideologicamente e sobretudo na ordem do discurso – foi capaz de sobrepujar as máquinas e instituições rigorosas. A distância entre dominados e dominantes parece ter sido encurtada; ficou sob os escombros da burocracia. Para se tornar um capitalista, ascendendo socialmente,

basta agora uma disposição específica, qual seja, a do empreendedor moderno. Antes de ascender, o indivíduo deve mudar sua mentalidade, estando disposto a essa ascensão. Pois bem, observa-se nesse discurso ideológico implicações significativas para a estruturação do *habitus*.

Nessa conjuntura, pode-se dizer que a flexibilização das próprias relações produtivas é consequência direta de um capitalismo cada vez mais flexível. A rígida disciplinarização dos corpos, em muitos contextos, passa a ceder espaço ao autocontrole, garantido pela introjeção de valores caros à produtividade exigida pelo capital. Muitos trabalhadores se tornam, nessa senda, déspotas de si mesmos (Antunes, 2018). Quer dizer, fiscalizam o próprio processo de trabalho e, malgrado a flexibilidade que o capitalismo imprime às suas funções, não se esquivam da lógica de maximização dos ganhos daquilo que é produzido. A pandemia é exemplo sintomático, posto que ilustra bem o argumento que se busca construir. Sabe-se que, num país como o Brasil, os postos de trabalho que tiveram o “privilégio” de migrar para a modalidade de teletrabalho foram minoria. A despeito disso, várias são hoje as empresas que, experimentando o exercício de atividades laborais mais flexíveis, ou assumiram o *home office* ou, então, tenderam a adotar modelos híbridos. Não é preciso um conhecimento aprofundado no assunto para presumir que, caso a flexibilidade fosse sinônimo de improdutividade, as empresas teriam acabado com o teletrabalho tão logo fosse possível – conquanto em alguns contextos isso tenha acontecido devido a mecanismos de controle de empresas que identificaram perdas.

Se concordarmos que esse regime de acumulação flexível (Harvey, 1994) não prescinde do controle e da lógica capitalista, mas supera modelos como o taylorismo e o fordismo justamente para garantir a acumulação de capital, vale questionar, mais uma vez, qual ingrediente é fundamental para alinhar disposição, expectativa e condições materiais. Longe de querer esgotar as possibilidades, incorrendo em reducionismo contraproducente, defende-se que, senão o principal, um dos elementos imprescindíveis para esse regime pautado na flexibilidade é, reitera-se, o discurso ideológico sedutor do empreendedorismo. Um dos slogans que o capitalismo costuma ostentar ao se defender de variadas críticas é a liberdade individual que somente ele seria capaz de garantir – ao contrário de regimes anteriores como o feudalismo, ou experiências socialistas que vislumbravam regimes ulteriores como o comunismo. Se não for sinônimo, esse discurso liberal é, ao menos, condição *sine qua non* para a tão sonhada

mobilidade social, em que o oprimido se tornaria opressor, parafraseando reflexões freirianas sobre aquela educação que não é libertadora (Freire, 1994).

EMPREENDEDORISMO E ARREFECIMENTO DO VISLUMBRE DE MOBILIDADE SOCIAL

Diante do exposto, o cerne do argumento proposto está vinculado à promessa que o empreendedorismo entrega na contemporaneidade ao passo que a instituição escolar responsável pela educação paulatinamente perde o brio que a alteava como mola propulsora primeva da mobilidade social. Muito mais do que democratizar e reduzir desigualdades, a ampliação do acesso à escola criou, na verdade, outros mecanismos de distinção, controle e exclusão (Bourdieu; Passeron, 2014). O modelo escolar tributário da revolução burguesa tornou-se, afinal, poderoso instrumento de manutenção e reprodução da sociedade capitalista. O capitalismo produz suas contradições, é verdade (Marx; Engels, 2007). O que significa que variadas são as experiências de uma escola que emancipa e subverte a ordem das coisas. Portanto, poderoso instrumento de manutenção, mas também de subversão.

A despeito disso, o capital cultural imposto às classes dominadas pela classe dominante mediante exercício da violência simbólica conduzia a distinções e a exclusões capazes de encaminhar sujeitos para destinos sociais dessemelhantes. A universidade, como pináculo do processo educacional, ainda era determinante no que se referia à formação dos indivíduos para exercerem alguns papéis somente acessíveis àqueles detentores do capital cultural objetivado, qual seja, o diploma de ensino superior. A mobilidade social, prometida ao término da graduação para aqueles que não mais se deparavam com as portas fechadas da escola, agora “democrática”, era, em demasia, sedutora. No capitalismo, cujo discurso propugna supostas liberdades individuais, caberia tão somente ao sujeito, por mérito, acessar a universidade para obter um diploma e, assim, ter direito a postos de trabalho até então reservados à elite. Bourdieu e Passeron (2014), ao contrário do aparente, evidenciaram que a própria escola era, pois, capaz de, pela violência simbólica, excluir aqueles que não deveriam ter acesso ao ensino superior, dada sua classe social de origem. Lembrando que, aqui, as exceções confirmavam a regra e não o contrário.

Na medida em que a universidade era via relativamente confiável para mobilidade social e que o caminho para se chegar a ela, embora árduo, não era mais ostensivamente obstaculizado – embora os entraves se mantivessem de maneira dissimulada –, a luta dos

dominados parecia convergir para a ampliação do acesso ao ensino superior. Ao menos de modo aparente, o descompasso entre procura e oferta, se dirimido, tenderia logicamente a reduzir a exclusão, ampliando o número de pessoas que poderiam acessar um diploma e, por consequência, a mobilidade social. É importante ressaltar, todavia, que o capitalismo é um modo de produção que somente se sustenta na desigualdade. A diminuição do processo de exclusão na entrada leva forçosamente à criação de mecanismos de exclusão na saída (Lima, 2022, *online*). O aumento das vagas na universidade, mesmo que distante do que foi idealizado para países como o Brasil, tem demonstrado que a educação, *per se*, não dá conta de resolver problemas da sociedade que são doutras ordens. O resultado disso é que, cada vez mais, o acesso ao ensino superior deixa de ser sinônimo de mobilidade social. Ter uma graduação, em muitas áreas, nem sequer é mais suficiente para garantir emprego (Alcântara, 2022, *online*).

Pois é exatamente nesse cenário que o discurso do empreendedorismo, acredita-se, se fortalece. O tipo ideal do capitalista que ascende socialmente por mérito, isto é, mediante trabalho duro associado à frugalidade – para retomarmos, em partes, o espírito capitalista weberiano (Weber, 2013) –, parece agora estar acessível a todos/as. Se, outrora, era a instituição escolar que, ao abrir suas portas, seduzia as classes dominadas com a promessa de mobilidade social, dependendo tão somente do esforço individual, é agora o empreendedorismo, como ação típica capitalista, que aparece como marca de propaganda. Num capitalismo em que as “liberdades” individuais proliferam, juntamente com a democratização propiciada pelas tecnologias digitais, basta incorporar um estilo de vida capitalista para que a mobilidade social se torne um sonho acessível. E o discurso hodierno parece mais sedutor que dantes, porque não é mais preciso enfrentar a burocracia e os longos anos de preparação exigidos pela escola. Nem tampouco se torna necessário sujeitar-se à ação da violência simbólica institucionalizada. O empreendedor sou eu, você e todos aqueles que, de suas casas, decidem mudar de vida. Que começam a utilizar as redes sociais não mais como puro entretenimento, mas como fonte de renda. O empreendedor é um conceito multiforme, flexível, adaptável e volátil. O empreendedor é, antes de mais, aquele que assim se percebe como tal – bastando, para assim se perceber, mudar o seu horizonte mental (na expressão em inglês: *mindset*).

Nessa ótica, além da própria necessidade de sobrevivência, o discurso do empreendedorismo tem, em seu invólucro, um ideário neoliberal fantasioso do sucesso profissional ao alcance de todos. Basta que o trabalhador se esforce um pouco mais, que

continue recalcitrante em sua penúria para que, logo à esquina, encontre a sua sorte. Com a ampliação do acesso à internet e aos meios de produção de mercadorias imateriais que ela possibilita, o discurso do empreendedor ganha força. Sabe-se de muitos relatos de pessoas que, enfrentando tenazmente todas as vicissitudes da vida e sobrepujando os mais distintos obstáculos sociais, atingem a tão sonhada fortuna e o sucesso no capitalismo. Tudo isso usando, por vezes, apenas os recursos que a própria internet disponibiliza, muitos deles gratuitos ou por uma bagatela acessível ao trabalhador médio. Esse esforço do empreendedor, que visa ao sucesso profissional mediante a persistência se relaciona, recorrentemente, à aquisição de conhecimentos materializados em cursos, oficinas, *workshops*, entre outros que darão acesso rápido ao capital que brinda aqueles com paciência e persistência para resistirem às intempéries do capitalismo. São materiais virtualmente disponíveis que supostamente fornecem os conhecimentos fundamentais para se atingir o sucesso garantido pelo vendedor. Mas o capitalismo dá conta de fazer com que as pessoas se olvidem daquela condição fundante que o sustenta, qual seja, que deve haver uma contradição inerente entre capital e trabalho. Isto é, a produção, como já em Marx (2013) se observa, deve ser socializada ao seu extremo, com a divisão do trabalho cada vez mais acentuada. No entanto, a distribuição das riquezas deve ser desigual. O capital tende à monopolização, centralizando-se em poucas mãos.

De todo modo, o embuste do empreendedor bem-sucedido, que chega à fortuna atuando em sua própria casa, usando os poucos recursos que tem, ganha notoriedade em meio à profusão de cursos e conhecimentos vendidos nas redes digitais. É evidente que a ascensão no capitalismo depende de fatores sobremodo complexos, posto que transitar entre as distintas estratificações sociais deve, sempre, ser uma tarefa árdua. Do contrário, gerar-se-ia contradição com a qual o capitalismo não pode lidar, isto é, aumentar-se-ia a quantidade de detentores do capital, ao passo que este deixaria de existir, porque sua existência depende, precisamente, da divisão assimétrica dos meios de produção e dos produtos materiais e imateriais do trabalho. Mas a inclinação ao discurso ideológico do empreendedorismo não está cimentada nas possibilidades reais de sucesso. Assenta-se, em vez disso, na ilusão gerada pela sedutora via de mobilidade social que faz diversas promessas – estas que, todavia, têm menos chances reais de concretização do que aquelas prometidas pela universidade, mas no capitalismo contemporâneo a beleza do espetáculo parece ser tão importante quanto o valor dos ingressos.

Enfim, se a mobilidade social do empreendedor pode ser assegurada de modo mais rápido, digitalmente acessível, com poucos investimentos em cursos diversos, é fácil observar o desprestígio que a universidade sofre. Porque esta exige muito mais dedicação; é onerosa ao passo que, como a história mostra, não é capaz de, por si só, resolver o problema da desigualdade. Aliás, discutir-se-á, a seguir, que a mobilidade social prometida pela universidade é tanto mais eficaz quanto mais o seu modelo é elitizado e se alinha às condições materiais das classes dominantes, excluindo, assim, os dominados. Mais sucesso ela garante na medida em que consegue manter em suas salas de aula aqueles que já são detentores especialmente de capital cultural e econômico.

O ATUAL MODELO DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E A REPRODUÇÃO DA ORDEM SOCIAL

“Para Bourdieu, a educação reproduz o capital cultural que se traz da família, reproduzindo a situação de classe não mais via herança de capital econômico, mas através do capital social e cultural” (Abreu, 2015, p. 845). Servindo como instrumento de reprodução de desigualdades e distinções, a teoria bourdieusiana evidencia que, quanto menos as gerações conseguem obter a partir de seus diplomas tanto mais tendem a desenvolver uma aversão institucional (Bourdieu, 2001). Ou seja, uma espécie de ação anti-institucional que acaba por se opor à ordem das coisas e aos mecanismos de exercício da violência simbólica. Entende-se que essa aversão às instituições, o que inclui as universidades, também se transfigura numa recusa a jogar o jogo imposto por esses sistemas burocráticos de certificação. E aqui entra uma relação indissociável entre, de um lado, as condições reais que impingem aos cursos superiores uma dificuldade de acesso e permanência e, de outro lado, a própria necessidade de que essas condições criem barreiras materiais, mas sobretudo simbolicamente impostas aos sujeitos oriundos de classes que, socialmente, não deveriam ser bem-vindas nesse nível de ensino. A provocação feita concerne à noção de que parte da excelência da formação universitária, atinente à taxa de sucesso dos egressos ao ocuparem postos de trabalho de maior prestígio, tem que ver com o processo de filtragem feito antes e durante o ingresso na universidade visando assegurar uma compatibilidade entre ensino de elite que é ofertado efetivamente à elite. Abrir as portas das instituições de ensino superior àqueles que não advêm das classes dominantes é arrefecer a capacidade real da educação no sentido de garantir sucesso na aquisição de postos de trabalho reservados à própria elite. Isso porque não se pode atribuir unicamente a ela o papel

de solucionar problemas sociais que, por isso mesmo, são de ordem social e não se restringem à universidade.

“Segundo ele [Bourdieu], a ideologia do sistema educacional assenta no seguinte: o sucesso na carreira é apresentado como dote individual e não via capital cultural adquirido pela família” (Abreu, 2015, p. 845). É inegável que, no Brasil, as universidades públicas são centros de excelência de ensino e pesquisa (CAPES, 2018). Resguardadas poucas exceções, o ensino superior público brasileiro é o grande responsável pela produção científica no país, além de ter uma concentração de professores doutores em média muito maior do que nas universidades privadas. No entanto, há que se considerar que o modelo burocrático – predominante nas instituições públicas – é, ao mesmo tempo, responsável pela excelência e condição para o descompasso na equalização necessária entre disposição, expectativa e condições materiais. Tem-se, inclusive, uma relação que só poderia ser interpretada à luz de uma apreensão dialética da realidade: o modelo altamente burocrático e engessado das universidades públicas é corresponsável pela garantia de qualidade formativa ao passo que essa mesma qualidade tem que ver com processos de exclusão simbólica desinentes das condições materiais que, ainda hoje, limitam o horizonte de expectativas dos jovens que saem do ensino médio e vislumbram a educação superior. Um óbice aparente se estabelece: o formato dos cursos superiores públicos produz qualidade, mas é excludente; a flexibilização do formato dos cursos superiores públicos pode produzir inclusão, mas gera desafios na manutenção da qualidade.

Nesse prisma, a Educação a Distância (EaD) aparece como alternativa menos onerosa, tanto do ponto de vista de investimento financeiro quanto da perspectiva de dispêndio de tempo. Verifica-se que há, atualmente, uma profusão de propostas formativas ofertadas a distância que cobram valores aviltantes quando pensamos no valor pago àqueles profissionais que estão por detrás desses cursos. Mensalidades abaixo de uma centena da moeda vigente não exigem elucubrações para deduzirmos o processo de precarização que perpassa ações na EaD de modo geral (Veloso, 2018). É aqui, portanto, que as pontas soltas deixadas acima conseguem cerzir a proposição basal. Uma vez que o ensino superior, especialmente o público, demanda alto investimento por parte do sujeito e, assim o sendo, alinha-se às condições materiais das classes dominantes, capazes de arcar com o ônus necessário – e, é claro, não se refere apenas ao investimento de dinheiro; tendo em vista que o capitalismo flexível desprestigia instituições

burocráticas e gera um senso de urgência que não se coaduna com propostas formativas coaguladas num modelo racionalizado e burocratizado; haja vista a ideologia do empreendedorismo que seduz os indivíduos pela promessa de ascensão social rápida e calcada no mérito – promessa mais sedutora e menos honesta do que aquela que é prometida pela universidade; enfim, considerando-se esses elementos elencados, chega-se à tese central de que, cada vez mais, se desvela a baixa probabilidade de ascensão social real e duradora decorrente de um curso superior – ainda que realizado em universidades de grande prestígio –, o que, ao fim e ao cabo, resulta nos índices de queda ou estagnação da procura pelas graduações. Na outra ponta, a EaD, flexível, ajustada à fluidez contemporânea que Bauman (2001) analisou, parece valer mais o risco de investir tempo e dinheiro em uma promessa que, a história mostra, não é garantia de mobilidade social: o diploma de graduação. Sobretudo quando o investimento de tempo e dinheiro nessa modalidade beira, por vezes, ao ridículo.

Diante disso, ressalta-se que não se constrói aqui uma aversão à modalidade a distância. Ao revés, o autor pesquisa sobre e atua na EaD há vários anos. Acredita e produz propostas de cursos que considera de qualidade. Inclusive, essa modalidade não pode ser ignorada pelo poder público nem tampouco por pesquisadores e profissionais da área que se deparam com o fenômeno social relatado nestas páginas. O que se considera sensato, desemaranhando esse cipoal à luz da sociologia bourdieusiana é, principalmente, investigar criticamente o papel e os limites da educação na contemporaneidade. Como oferecer modelos de formação rígidos e altamente burocratizados, concebidos para serem caros às condições materiais da classe dominante, ao passo que a diplomação obtida num curso superior não dá conta de promover a mobilidade social vislumbrada e muitas vezes prometida às classes dominadas? Isso vale, aliás, para a classe dominante. Será mesmo que vale o investimento de tempo e dinheiro numa instituição pública renomada, sendo que outros caminhos, até mais numerosos para os mais opulentos, podem prometer – e nesses casos até garantir – manutenção e consolidação do atual status social de maneira mais rápida e menos onerosa?

Esses questionamentos não implicam, com efeito, banalizar a formação superior colimando satisfazer tão somente as necessidades de acumulação capitalista por meio da oferta massificada de cursos a distância esvaziados de conteúdo e, por conseguinte, qualidade. A EaD “barata” – do ponto de vista do tempo e do dinheiro – mostra-se ainda mais perversa, porquanto apoia-se na promessa socialmente construída de ascensão social via ensino superior

muito embora entregue formação de baixíssima qualidade e com ainda menores condições de emancipação humana. A educação emancipadora, ao concordar com Paulo Freire (2000), tem potencial para mudar seres humanos. E essa mudança não implica, à esteira do processo, necessário rompimento com a ordem das coisas, mas certamente contribui para formar dissidentes que, dentro de suas condições, resistem e se opõem às situações de desigualdade e opressão. Assumindo postura freiriana, defende-se, neste texto, que entender os limites da educação é evidenciar que ela sozinha não irá resolver todos os problemas. Não obstante, poder-se-ia desenvolver propostas, inclusive de Educação a Distância, que estivessem alinhadas às condições reais dos estudantes, porém, sem negligenciar o potencial emancipatório – ainda que por vezes restrito – inerente à educação. Nem ingênuos, nem desesperançosos. O posicionamento crítico que foge aos extremos parece, e a experiência do autor vem ratificando essa perspectiva, o melhor caminho possível.

O PAPEL E OS LIMITES DA UNIVERSIDADE

Como corolário de um capitalismo flexível que também ataca a burocracia, o capital cultural deixa de ser intrinsecamente assegurado e socialmente reconhecido pela instituição burocratizada que, outrora, detinha o poder de outorgá-lo. Cada vez mais, esse capital é fruto de um reconhecimento social direto, isto é, de uma reciprocidade entre, de um lado, o sujeito que afirma detê-lo e, de outro, o indivíduo que reconhece tal posse. Dessarte, o reconhecimento perante o exercício da função ou trabalho que até então estava cristalizado sob a convenção da profissionalização se dá, cada vez mais, de modo volátil, interrelacional e menos dependente de instituições burocráticas, sujeitando-se mais às lógicas próprias de funcionamento dos campos e dos indivíduos que, constantemente, se envolvem em embates que recompõem as posições hierárquicas (Bourdieu, 1989).

Mesmo que o indivíduo tenha primazia na construção e solidificação desse capital cultural, ele não deixa, em nenhuma medida, de ser socialmente construído, posto que deve passar sempre pelo crivo das trocas intersubjetivas. Trocas essas que, aliás, se assentam sobrejamente no capital cultural e contribuem para solapar o papel de mobilidade social atribuído à educação em vias de democratizar-se. Tanto menos a instituição educacional burocratizada consegue firmar-se como rompedora da ordem vigente quanto mais chega a

grupos não oriundos das classes dominantes. O menor valor dado à educação no sentido de via para a ascensão social se relaciona com uma confluência de aspectos que incluem a já abordada ideologia do empreendedorismo. Porém, questiona-se: reconhecendo seu papel e seus limites, como a universidade deve se posicionar na contemporaneidade?

Primeiro, a universidade não pode renunciar formar indivíduos para exercerem profissões. Concomitantemente, acredita-se e defende-se que tais instituições são – e devem lutar para que continuem sendo – espaços de excelência para produção e manutenção de um pensamento crítico e libertador. Ora, a noção de educação técnica sem ser tecnicista já foi discutida por Freire e retomada pelo autor alhures (Veloso, 2020). Outrossim, o modelo altamente burocrático precisa se repensado, sem perder de vista a racionalidade necessária à qualidade que universidades renomadas imprimem às certificações que concedem. Entende-se que movimentos pós-burocráticos se confundem com a própria dinâmica capitalista, mas não se reduzem a ela. Ir além da mera denúncia é essencial para apreender as características da contemporaneidade. A própria EaD e, na forma como o autor tem trabalhado, a educação híbrida, definida como tendência histórica (Veloso; Mill; Moreira, 2023), devem ser consideradas criticamente pelas instituições universitárias. Acredita-se que é contraproducente manter formatos rígidos que estão claramente descompassados com a realidade histórico-social. Se a universidade insistir em não ouvir os seus alunos, mantendo propostas formativas com currículos engessados, pouco flexíveis, além de um modelo altamente oneroso do ponto de vista do dinheiro e do tempo, em que pesem as possibilidades tecnológicas, mais tenderá a recrudescer a desarmonia entre disposição, expectativa e condições materiais.

Defende-se que, paulatinamente, as instituições universitárias e a educação institucionalizada, de modo geral, devem questionar a burocracia que, ao reconhecer a autoridade pedagógica do professor, impõe relações assimétricas e autoritárias. Numa sociedade fluida, o prestígio deve se pautar num reconhecimento mútuo, e não num monopólio histórica e socialmente legitimado. Assegurar-se como espaço de excelência para o desenvolvimento do pensamento crítico é, decerto, imprescindível. E esse espaço pode e deve ser também virtual, haja vista que a universidade deve também ocupar e fazer presença em meio à cultura digital. Mais do que simplesmente impor saberes historicamente acumulados e legitimados – mas que, como Foucault (2016) mostrou são, na verdade, resultantes de relações de poder que disputam a legitimidade dos discursos –, acredita-se que a universidade deve

(re)construir continuamente esses saberes na relação indissociável entre os sujeitos. Aqui, a proposta não é se estender nessa reflexão, pois serão dedicadas outras páginas para tal. Seja como for, defende-se que o alinhamento necessário entre a disposição – influenciada por um *habitus* que advém também das lógicas desse capitalismo flexível –, as expectativas – que devem condizer com a realidade – e as condições materiais – que devem se ajustar e se flexibilizar tendo em vista as possibilidades dos dominados, em vez de exigir que estes se adaptem ou apenas se sujeitem àquilo que a universidade está disposta a oferecer como auxílio para permanência – passa, necessariamente, por uma profunda reflexão sobre o papel e os limites das instituições universitárias na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se à conclusão, neste artigo, de que o descompasso entre disposição, expectativa e condições materiais advém de uma confluência de fatores, dentre os quais destaca-se os próprios movimentos de flexibilização no capitalismo. Nesta análise, é mister considerar que a contestação da universidade enquanto via segura – muitas vezes única – para a mobilidade social não ocorre sem o surgimento doutros caminhos sedutores que tentam sobrepujá-la. Parece que a ideologia do empreendedorismo cumpre esse papel ao prometer mobilidade com menor exigência de investimento tanto de tempo como de dinheiro. De fato, enquanto a imagem idealizada de empreendedor é frequentemente apresentada como símbolo da meritocracia associada ao êxito na sociedade capitalista, as probabilidades reais de ascensão são inferiores às oportunidades de mobilidade social relacionadas à educação universitária. A despeito disso, o modelo altamente burocrático das instituições universitárias, sobretudo as públicas, com currículos engessados e formatos rígidos que dificultam o acesso e a permanência de pessoas oriundas de classes dominadas parece, cada vez mais, recrudescer o descompasso entre disposição, expectativa e condições materiais.

Ora, como construir uma universidade de excelência, que forme sujeitos com pensamento crítico e aptos a se engajarem na transformação da sociedade sem, contudo, ignorar os movimentos sociais maiores que caminham no sentido de desburocratização, hibridização, flexibilização etc.? A inquietação permanece como incômodo que nos movimenta para reflexões prementes. Para arrematar, é assaz relevante reafirmar a educação superior na

sociedade contemporânea como espaço de formação crítica, quer dizer, de construção de dissidências que questionem a ordem vigente. Espera-se que, com este texto, se tenha produzido reflexões importantes para (re)pensar o papel da instituição até então burocrática. Quiçá, um dos grandes desafios da educação superior, atualmente, seja inovar e, ao mesmo tempo, resistir. Como conciliar polos aparentemente opostos? Ao partir do pressuposto de que as contradições movem a realidade, talvez o desafio possa também apontar vislumbres de possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Mulemba [Online]**, v. 5, n. 10, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/2195>. Acesso em: 25 out. 2025.
- ALCÂNTARA, C. Quase 80% dos que têm diploma só conseguem trabalho que não exige graduação e paga menos 2022. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/no-2o-trimestre-deste-ano-quase-80percent-dos-profissionais-com-nivel-superior-aceitaram-cargos-que-nao-exigem-qualificacao.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2025.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: principais resultados**. 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 25 out. 2025.
- CAPES. Documento disponibilizado à CAPES apresenta desempenho e tendências na pesquisa brasileira. Brasília, DF, **Notícias Capes**, 17 jan. 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8726-documento-disponibilizado-a-capes-apresenta-desempenho-e-tendencias-na-pesquisa-brasileira>. Acesso em: 25 out. 2025.
- COSTA, R. da. Sociedade de controle. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 161-167, jan.-mar. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22238.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FREIRE, F. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- FREIRE, F. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1994.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, L. Mesmo com escolaridade mais alta, profissionais de origem mais pobre crescem menos na carreira na AL. **Exame**, São Paulo, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://exame.com/carreira/mesmo-com-escolaridade-mais-alta-profissionais-de-origem-mais-pobre-crescem-menos-na-carreira/>. Acesso em: 25 out. 2025.
- LOVELUCK, B. **Redes, liberdade e controle**: uma genealogia política da internet. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, [S. l.], v. 15, n. 37, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18603.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 875 p.
- MEC. **Sisu – Dados abertos**. 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.mec.gov.br/sisu>. Acesso em: 25 out. 2025.
- OLIVEIRA, E. Ensino superior privado teve queda de 8,9% nas matrículas de cursos presenciais, indica pesquisa. **G1**, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/06/08/mesmo-antes-da-pandemia-ensino-superior-privado-teve-queda-de-89percent-nas-matriculas-de-cursos-presenciais-indica-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2025.
- RATIER, R. Seis razões para a queda de 60% nas inscrições em universidades federais. **UOL**, 23 maio 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2022/05/23/seis-razoes-para-a-queda-de-60-nas-inscricoes-em-universidades-federais.htm>. Acesso em: 25 out. 2025.
- SCHRADIE, J. Ideologia do Vale do Silício e desigualdades de classe: um imposto virtual em relação à política digital. **Parágrafo**, v.5(1), p.85-99, jan/jun. 2017.

SETTON, M da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea.

Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n. 20, pp. 60-70. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>. Acesso em: 25 out. 2025.

VELOSO, B. **Organização do trabalho docente na educação a distância: implicações da polidocência no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB)**. 2018. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/36fef8f1-2a89-499e-b2b5-b47bbaf0f66c>. Acesso em: 25 out. 2025.

VELOSO, B. Da autonomia à tecnologia: Paulo Freire como base epistemológica à pesquisa sobre educação e tecnologias. In: MILL, D.; VELOSO, B.; SANTIAGO, G.; SANTOS, M. (org.).

Escritos sobre educação e tecnologias: entre provocações, percepções e vivências. São Paulo: Artesanato Educacional, 2020. p. 61-75.

VELOSO, B.; MILL, D.; MOREIRA, J. A. Educação híbrida como tendência histórica: análise das realidades Brasileira e Portuguesa. **Dialogia, [S. l.]**, n. 44, p. e23864, 2023. DOI: 10.5585/44.2023.23864.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 580 p. v. 2.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>. Acesso em: 25 out. 2025.

Recebido em: *Fevereiro/2024*.

Aprovado em: *Outubro/2025*.